

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (CCVM) do semestre findo em 30 de junho de 2018, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre a CCVM apresentou um lucro de R\$ 41.665 mil, correspondente a R\$ 5,52 por ação, sendo que no segundo semestre de 2017 apresentou lucro de R\$ 35.339 mil. Em 30 de junho de 2018 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 99,41 com aumento de 5,88% em relação ao semestre anterior.

São Paulo, 22 de agosto de 2018.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2018 - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		1.550.291	1.335.078	Circulante		804.367	667.630
Disponibilidades		1.871	1.455	Outras obrigações		804.367	667.630
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	498.533	645.890	Fiscais e previdenciárias	9 e 11	28.400	21.652
Aplicações no mercado aberto		47.204	156.600	Negociação e intermediação de valores	8	765.467	635.915
Aplicações em depósitos interfinanceiros		451.329	489.290	Diversas	9	10.860	10.063
Títulos e valores mobiliários	6	279.646	53.084	Exigível a longo prazo		6.755	5.778
Carteira própria		78.160	-	Outras obrigações		6.755	5.778
Vinculados à prestação de garantias		201.486	53.084	Fiscais e previdenciárias	9 e 11	2.155	2.072
Outros créditos		769.914	634.338	Diversas	9	4.600	3.706
Rendas a receber		407	333	Patrimônio líquido	14	750.687	673.239
Negociação e intermediação de valores	8	766.616	631.343	Capital social		495.622	395.622
Diversos	9	2.891	2.662	De domiciliados no país		395.622	395.622
Outros valores e bens		327	311	Aumento de capital		100.000	-
Despesas antecipadas		327	311	Reservas de capital		2.044	1.600
Realizável a longo prazo		5.972	5.653	Reservas de lucros		211.356	241.082
Outros créditos		5.972	5.653	Lucros acumulados		41.665	34.935
Diversos	9	5.972	5.653	Total do passivo e patrimônio líquido		1.561.809	1.346.647
Permanente		5.546	5.916				
Imobilizado de uso		5.546	5.916				
Imóveis de uso	10	5.624	5.624				
Outras imobilizações de uso		1.871	1.777				
(-) Depreciações acumuladas		(1.949)	(1.485)				
Total do ativo		1.561.809	1.346.647				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Nota	Capital	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal		
Em 31 de dezembro de 2016		395.622	-	561	1.039	38.898	202.184	638.304
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	34.935	34.935
Em 30 de junho de 2017		395.622	-	561	1.039	38.898	202.184	673.239
Em 31 de dezembro de 2017		395.622	-	561	1.483	42.412	268.944	709.022
Aumento de capital	14	-	100.000	-	-	-	(100.000)	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	41.665	41.665
Em 30 de junho de 2018		395.622	100.000	561	1.483	42.412	168.944	750.687

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Instituição") é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Corretora foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 22 de agosto de 2018.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado: É apurado pelo regime de competência. **(b) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. **(d) Permanente:** Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual. **(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **(f) Passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN. **(g) Passivos contingentes - decorrer de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e trabalhista.** A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **(h) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. **(i) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente: (i) o crédito tributário de IRPJ permanente com alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Para tanto, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15. **(h) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem, quando aplicável, disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **(i) Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 - Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição.**

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades no montante de R\$ 1.871 (2017 - R\$ 1.455) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 47.204 (2017 - R\$ 156.600) (Nota 5).

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se a aplicações em operações compromissadas - posição bancada no valor de R\$ 47.204 (2017 - R\$ 156.600), com vencimento inferior a 90 dias, e aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 451.329 (2017 - R\$ 489.290) realizadas com empresas do grupo com vencimento superior a 90 dias.

6. Títulos e valores mobiliários: (a) Classificação e composição da carteira

Títulos para negociação	Ganhos/(Perdas) não realizados		Valor de mercado 2018		Valor de mercado 2017	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
Carteira própria	78.289	(129)	78.160	-	-	-
LTN	78.289	(129)	78.160	-	-	-
Vinculados à prestação de garantias	201.539	(53)	201.486	53.084	-	-
LTN	186.253	(53)	186.200	53.084	-	-
Cotas de fundo de investimento	15.286	-	15.286	-	-	-
Total da carteira de TVM	279.828	(182)	279.646	53.084		

A DIRETORIA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		21.371	36.627
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		21.371	36.627
Resultado bruto de intermediação financeira		21.371	36.627
Outras receitas (despesas) operacionais		54.553	26.854
Receitas de prestação de serviços	12	96.722	59.672
Despesas de pessoal		(15.939)	(13.668)
Outras despesas administrativas	17	(15.601)	(11.506)
Despesas tributárias		(10.606)	(7.569)
Outras receitas operacionais		65	92
Outras despesas operacionais		(88)	(167)
Resultado operacional		75.924	63.481
Resultado antes da tributação sobre o lucro		75.924	63.481
Imposto de renda e contribuição social	13	(34.259)	(28.546)
Provisão para imposto de renda		(18.057)	(13.609)
Provisão para contribuição social		(14.479)	(11.001)
Lucro fiscal diferido		(1.723)	(3.936)
Lucro líquido do semestre		41.665	34.935
Número de ações	14	7.551.365	7.551.365
Lucro líquido por ação no final do semestre - R\$		5,52	4,63

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		43.620	39.087
Lucro líquido do semestre		41.665	34.935
Ajuste ao lucro líquido:		1.955	4.152
Ativo fiscal diferido	13	1.723	3.936
Atualização de depósitos judiciais		(50)	(92)
Provisões para contingências	11	49	77
Depreciações		233	231
Variação de ativos e obrigações		(724.576)	(532.773)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(451.329)	(489.290)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(252.527)	(40.033)
Redução/(Aumento) em outros créditos		199.382	(434.057)
(Aumento) em outros valores e bens		(132)	(151)
(Redução)/(Aumento) em outras obrigações		(169.284)	453.335
Imposto de renda e contribuição social pagos		(50.686)	(22.577)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(680.956)	(493.686)
Aquisição de imobilizado de uso		(87)	(16)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(87)	(16)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(681.043)	(493.702)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		730.118	651.757
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	49.075	158.055
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(681.043)	(493.702)

14. Patrimônio líquido: O capital social está dividido em 7.551.365 ações nominativas, sendo 3.851.196 ordinárias e 3.700.169 preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto, todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 100.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de lucros - Estatutária no valor de R\$ 100.000, sem a emissão de novas ações. Até 30 de junho de 2018 tal aumento de capital não havia sido aprovado pelo BACEN. A Reserva de lucros - Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros - Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer distribuição, até o limite de 20% do capital social. A Reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas.

15. Benefícios: (a) Fundo de pensão: A Instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições verificadas. A Instituição registrou despesa de R\$ 450 (2017 - R\$ 500) relacionada a contribuições para o Fundo. **(b) Unidades de ações restritas:** Os funcionários elegíveis da Instituição participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period*), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefícios em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	2018	2017
	Quantidade de ações	milhares de Dólares (USD)
Ações em circulação em 31/12/2017	15.498	1.040
Ações outorgadas durante o semestre (<i>granted</i>)	5.286	593
Ações entregues no semestre (<i>vested</i>)	(7.836)	(484)
Ações em circulação em 30/06/2018	12.948	1.149

	2017	2018
	Quantidade de ações	milhares de Dólares (USD)
Ações em circulação em 31/12/2016	21.700	1.235
Ações outorgadas durante o semestre (<i>granted</i>)	12.715	1.072
Ações entregues no semestre (<i>vested</i>)	(16.558)	(1.132)
Transferência de Funcionários	(1.100)	(66)
Ações em circulação em 30/06/2017	16.657	1.109

O valor da obrigação de pagamento registrada no passivo em 30 de junho de 2018, incluindo encargos sociais, é de R\$ 5.030 (2017 - R\$ 5.154). Em virtude desse programa a despesa registrada é de R\$ 1.970 (2017 - R\$ 1.806), incluindo os encargos sociais.

16. Transações com partes relacionadas: (Grupo J.P. Morgan): As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. A Corretora é uma empresa controlada pelo Banco J.P. Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora do Grupo financeiro JP Morgan. As demais entidades são empresas coligadas.

	2018	2017		
	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)
Disponibilidades	1.871	-	1.455	-
Banco J.P. Morgan S.A.	1.871	-	1.455	-
Aplicações em operações compromissadas	47.204	2.175	156.600	1.699
Banco J.P. Morgan S.A.	47.204	2.175	156.600	1.699
Aplicações em depósitos interfinanceiros	451.329	18.136	489.290	31.173
Banco J.P. Morgan S.A.	451.329	18.136	489.290	31.173
Negociações e intermediações de valores	274	278	14.413	1.128
JP Morgan Whitefriars Inc.	-	-	-	147
Banco J.P. Morgan S.A.	584	278	14.413	455
JP Morgan Overseas Capital LLC	-	-	-	526
JP Morgan Securities LLC.	(310)	-	-	-
Despesas administrativas	(2.200)	(11.834)	(1.227)	(7.479)
Banco J.P. Morgan S.A.	(2.200)	(11.834)	(1.227)	(7.479)
Despesas de pessoal	(4.105)	(1.133)	(4.324)	(970)
JPMorgan Chase & CO.	(4.105)	(1.133)	(4.324)	(970)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

17. Outras informações: "Outras despesas administrativas" referem-se, principalmente, a des

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de

burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2018.



pwc
PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
 Contador CRC 1SP222767/O-3